

Dívida rolada permite

De volta dos EUA, presidente do BC acha que

ADAUTO CF

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, segunda-feira, 20 de janeiro de 1986 7

cuidar agora da inflação

o Brasil saiu vitorioso da renegociação externa

ADEMAR SHIRAISHI
Da Editoria de Economia

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, não teve dúvidas em afirmar que o Brasil saiu vitorioso da nova etapa de renegociação da sua dívida externa, concluída no último sábado e, agora, terá tempo e fôlego para cuidar prioritariamente do ajuste interno da economia — crescimento econômico com inflação em queda e também para preparar "o grande contrato da renegociação plurianual", em março de 1987. No final da tarde de ontem, pouco depois de chegar a Brasília de sua viagem de Nova Iorque, Bracher exibiu tranquilidade e satisfação com os ganhos qualitativos na rolagem da dívida.

Para o presidente do Banco Central, constituíram uma vitória os termos da rolagem da dívida de médio e longo prazos vencidos desde 1º de janeiro de 1985, sem a interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI): manutenção dos US\$ 15,2 bilhões de créditos de curto prazo até março de 1987, redução do "spread" (taxa de risco acima dos juros básicos) quase que pela metade e retroativa ao dia de hoje, eliminação do "flat-fee" (comissão de participação) de 1% sobre a parcela da dívida rolada, desatrelamento da dívida brasileira da "prime" (taxa preferencial norte-americana) e, principalmente, ausência de qualquer obrigação de prestar contas ao FMI.

Bracher explicou que essas melhoras qualitativas foram acordadas com o comitê de assessoramento dos bancos credores para formalização no papel até 15 de março próximo. Embora o comitê presidido por William Rhodes, vice-presidente do Citibank, "não tenha procuração dos 680 bancos credores do país", o que lhe tira qualquer poder de decisão final, o presidente do Banco Central disse que não há razão para temer a frustração dos acertos da semana passada, o que levaria a renegociação da dívida à estaca zero, em março.

"Esse acordo preliminar de uma prorrogação puramente técnica de 60 dias corresponde apenas ao tempo necessário para a preparação dos contratos. Até março, o Brasil vai retomar somente as discussões relativas aos novos **spreads**, examinar alguma solução eventual para minimizar os prejuízos dos bancos credores com a quebra do Comind e do Auxiliar, dentro dos limites legais, e, no âmbito do Clube de Paris, estender para as dívidas oficiais as mesmas condições acertadas para com os bancos privados" — afirmou o presidente do Banco Central.

A partir de agora, definitivamente, o Brasil e os

bancos credores não voltarão a falar em acordo ou monitoramento do FMI, ressaltou Bracher. Na próxima semana, o diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, retornará a Nova Iorque para acompanhar as respostas dos bancos credores às propostas brasileiras aceitas pelo comitê de assessoramento, além de acompanhar os trabalhos de formalização da rolagem da dívida. Caso as adesões se confirmem e os contratos fiquem prontos, até 15 de março, o Brasil obteve o compromisso de que a redução do "spread" de 2% ao ano para o nível de 1,125% entrará em vigor, retroativamente, ao dia de hoje.

Bracher não quis divulgar a proposta de **spread** apresentada pelo Brasil por ser questão ainda a negociar. Mas outro negociador brasileiro disse que o País pode conseguir cortar de 2% para 1% ao ano a taxa de risco nas operações do Governo com aval da União; para 1,125% nos empréstimos contrados pelas estatais, e para 1,25% nos créditos ao setor privado. Como as operações do setor público com aval do Tesouro Nacional compõem maioria absoluta, o **spread** médio da dívida brasileira cairia para o 1,1625% ao ano, reivindicado desde o final do governo Figueiredo, quando do impasse com o FMI.

A grosso modo, o presidente do Banco Central calculou que, com o novo **spread** médio, o Brasil ganhará por ano US\$ 140 milhões, somente na parcela da dívida rolada de 1985 e de 1986, respectivamente, de US\$ 6,06 bilhões e US\$ 8,31 bilhões, conforme os números oficiais do BC. Bracher lembrou que o País também reduzirá os encargos da dívida com a rejeição da **prime** na rolagem dos seus compromissos, uma vez que a taxa preferencial norte-americana continua firme em 9,5% ao ano.

Bracher confirmou que o encurtamento do prazo de rolagem da dívida vencida em 1985 para sete anos não terá maior efeito prático. No acerto com o comitê de assessoramento dos bancos credores, o Banco Central conseguiu a ressalva de que, quando da renegociação plurianual, parcelas abrangidas da dívida rolada de 1985 acompanharão os novos prazos de amortização e carência que o Brasil obtiver.

O presidente do Banco Central concordou em parte com a colocação de que os bancos credores procuraram ganhar tempo para acompanhar a evolução da economia brasileira até o início do próximo ano, ao deixar o acordo definitivo para a rolagem da dívida a vencer a partir deste janeiro para março de 1987.